

Parte 1 - 500 anos de presença judaica no Brasil

1º capítulo - Resgate histórico da vivência judaica no Brasil

Os marranos e a interculturalidade em Pernambuco

Claudia Simonne Carneiro Gouveia

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GOUVEIA, CSC. Os marranos e a interculturalidade em Pernambuco. In: LEWIN, H., coord. Agradecimento. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 44-53. ISBN: 978-85-7982-018-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Os marranos e a interculturalidade em Pernambuco

Claudia Simonne Carneiro Gouveia¹

Embora significativamente importante tanto no aspecto econômico quanto no social, a primeira comunidade judaica oficial foi antecedida em nossa capitania por um grupo de cristãos-novos e marranos, no século XVI, que residiam basicamente em Olinda, mantendo muitos deles seus engenhos e fazendas em outras localidades tais como, São Lourenço da Mata, Jaboatão e Cabo. Eram indivíduos integrados à população na qual viviam, exercendo os mais diversificados ofícios, como senhores de engenho, lavradores, mercadores, feitores, alfaiates, mestres, tabeliães, ourives, boticários, guardas, cirurgiões, etc.

Se por um período puderam sentir-se em casa na colônia, a intranquilidade não tardou a chegar; apesar de aparentemente incorporados aos habitantes de Pernambuco, nem por isso deixaram de ser constantemente vigiados pelos próprios vizinhos que, impelidos pelo monitório do Santo Ofício e em busca do perdão da graça, procuravam os vestígios da “antiga” religião para denunciá-los.

Porém, é necessário conhecer os episódios que deram origem à dispersão destes que, em sua maioria, conservaram a origem judaica, independente da denominação que receberam.

Marranos e Cristãos-novos.

Diferentes designações para uma mesma vivência

Possivelmente, a origem do termo marrano advém da proibição do consumo de carne de porco pelos judeus, fazendo-se assim uma relação entre judeu converso, cristão-novo e porco, sendo utilizado pelos espanhóis na referência aos falsos convertidos ao catolicismo, isto é, aos que

continuaram praticando o judaísmo, e permaneceram assim designados, mesmo após a migração para Portugal saídos do reino de Castela.

Os judeus espanhóis, cuja perseguição começa em 613 d.C., sob o reinado do visigodo Sisebuto, forçados à conversão pela união de interesses entre Tomás de Torquemada, sacerdote católico, e os reis de Aragão e Castela, Fernando e Isabel, dezoito anos antes do decreto de expulsão de 1492, enfrentaram a Inquisição, cujo intuito era limpar a heresia dos marranos e expulsar da Espanha os judeus ainda leais à sua fé. Torquemada, neto de judeu, alegava que se permanecessem na Espanha os judeus continuariam influenciando seus irmãos a voltar à sua antiga religião. Os reis concordaram com o argumento dos dominicanos de que poderiam usar os bens dos judeus para financiar a guerra contra os mouros, embora tenham sido obrigados a negociar com o Papa Sisto IV que também queria os bens dos judeus para a Igreja. Resultado: trinta mil marranos condenados à morte e queimados vivos pela Inquisição e dezenas de milhares submetidos à tortura física.

Dando seguimento aos acontecimentos, sabe-se que os marranos e judeus recorreram ao reino vizinho, onde, no século XV, tiveram que se submeter à política de Dom Manuel, que influenciado pela relação e pelos interesses que tinha com os reis da Espanha, condicionou a estada dos judeus em Portugal à conversão – o que os fez serem designados cristãos-novos em oposição aos cristãos velhos – ou à expulsão, promovendo mais uma diáspora, que desta vez vem alcançar o Brasil.

Os primórdios da presença judaica no Brasil

Não desejados em seus locais de origem os judeus viram-se “incluídos” nos projetos colonizadores, o que serviu a dois objetivos: 1. As metrópoles não os tinham mais na população; 2. e os judeus conseguiam um exílio, mesmo que semivoluntário, gerado pela necessidade de escapar da Inquisição na Península Ibérica. Os cristãos-novos tiveram participação garantida nos descobrimentos portugueses como cientistas e informantes de rotas, pois eram destacados profissionais nas áreas de conhecimento náutico, médico, etc. (Kaufman, 2000).

Deve ter sido grande o número de cristãos-novos trazidos nas frotas dos arrendatários nas primeiras viagens às costas do Brasil, para dar cumprimento às referidas cláusulas contratuais. É de presumir-se

¹ Psicóloga, Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal de Pernambuco e pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre judaísmo do PPGA-UFPE e do Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco.

ainda que nos decênios posteriores esse número aumentou consideravelmente – de um lado, pelo recrudescimento das perseguições contra os judeus na metrópole, antes e por ocasião do estabelecimento da Inquisição em 1536, e de outro lado, pelo tácito privilégio de inviolabilidade concedido pelo rei aos elementos povoadores da colônia.” (Lipiner, 1969:15).

Como forma de resgatar a consciência histórica da sociedade, nunca é demais lembrar que a corrente migratória judaica de Portugal e Espanha para o Brasil ocorreu devido ao confisco de bens, às conversões compulsórias e à expulsão dos que não quiseram se converter, o que veio a calhar para Portugal que, com dificuldade para colonizar as terras recém-descobertas, necessitava de mão-de-obra qualificada, grandes investimentos de capital e aporte de recursos humanos, gerando a formação de sociedades e parcerias. Sabendo o quão difícil seria povoar uma terra baseando-se apenas na população da metrópole e sem o capital necessário, Portugal tratou de fechar os olhos para o preconceito contra os judeus, passando a utilizá-los como elemento colonizador e financiador.

A presença judaica em Pernambuco no século XVI

Desde o século XVI, os cristãos-novos tomaram parte na colônia nos aspectos econômico e social. Como “faziam parte de uma elite que ditava costumes, estabelecia normas e, de certa forma, exercia o controle da vida econômica da colônia, é provável que nessas condições fosse fácil criar e sustentar estratégias para disfarçar a vida judaica que transcorria nos subterrâneos da sociedade colonial (Kaufman, 2000:16).

Estava a colônia entregue, assim, aos seus sonhos de ouro quinhentistas quando os cristãos-novos, que formavam uma parte considerável dos habitantes, passaram a ser atemorizados com insistentes rumores sobre o bicho-papão do século. Não se tratava do monstro imaginário com que se amedrontam as crianças, mas de um verdadeiro e fanático tribunal que vinha – segundo se murmurava – da metrópole às partes do Brasil, com todo o seu séquito de fogueiras, cadafalsos e cárceres, para converter em desencanto, e quiçá pesadelo, o tímido sonho de liberdade religiosa nutrido pelos judaizantes. Estes sentiam ir-se-lhes encolhendo o coração gradativamente, à medida que iam encolher-se a imensidão do

Atlântico que julgavam antes existir entre si e seus perseguidores. Não estava longe a Inquisição. (Lipiner, 1969:32).

Alarmados pelas notícias que chegavam da metrópole de familiares presos pelo Santo Ofício, ficaram então os cristãos-novos da colônia na iminência de serem delatados em virtude das torturas sofridas por aqueles; segundo boatos que corriam em Olinda, estes já tratavam de se desfazer dos seus negócios possivelmente na preparação de uma fuga, sendo, provavelmente, também incentivados pelo auto-de-fé realizado na cidade, no qual um cristão-novo foi levado à matriz para em um cadafalso ouvir a leitura das sentenças condenatórias, de acordo com Lipiner (1969).

Mesmo disfarçando suas práticas judaicas, muitos cristãos-novos não escaparam da Inquisição, sendo denunciados ao Tribunal do Santo Ofício instalado em Pernambuco entre 1593 e 1595.

Apesar do mal-estar criado pela visitaçãõ do inquisidor, muitos cristãos-novos continuaram seguindo sua vida, demonstrando uma resistência religiosa e, por que não dizer, cultural, características reveladas pelos denunciantes, segundo Lipiner (1969:46) “...desde a velada e sutilíssima reserva mental, em tôdas as suas engenhosas ramificações, até a rude e simples propaganda anti-cristã.”

Ou seja, comportamentos e atitudes que demonstravam uma vivência religiosa dupla, como, por exemplo, frequentar a igreja aos domingos e comemorar o shabat aos sábados, que vale salientar não era a única cerimônia judaica realizada, como se encontra na denúncia de Felipe Cavalcanti contra Anrique Mendes:

... o qual era acostumado todas as luas novas de agosto hir com sua molher Violante Roiz e com toda a mais casa e familia em carros enramados e com festas desta villa ao lugar de Camaragibi que está daqui quatro ou simquo legoas e laa se estavam hu e dous meses, e era fama publica nesta terra... que no ditto Camaragibi avia esnoga onde se ajuntavão os judeus desta terra e faziam suas cerimonias... (Primeira Visitaçãõ, 1984:75).

A propósito, ao que parece, sinagogas existiram em grande número na capitania; por exemplo, Camaragibe foi citada como terra das sinagogas, visto que a maioria dos engenhos que pertenciam a cristãos-novos dispunham das mesmas. Sendo o principal o engenho Camaragibe, conhecido como o centro espiritual dos cristãos-novos no século XVI este

“... possuía uma sinagoga e uma “toura”(provavelmente não uma Sefer Torah, mas semente uma mezuzah)... foi provavelmente organizado por Diogo Fernandes e sua mulher, Branca Dias, o primeiro casal de cristãos-novos que se conhece, estabelecido no Brasil. Para a celebração do Yom Kippur, os judaizantes de Pernambuco iam a Camaragibe. Em Olinda tinham um Shammash para os convocar ao culto divino de Camaragibe” (Wiznitzer, 1969: 20).

E mesmo a falta de local apropriado não impedia a prática dos rituais judaicos – a esnoga – como a que acontecia aos sábados na casa de Branca Dias e Diogo Fernandes em Olinda. O casal sofreu treze denúncias, várias delas de antigas alunas de Branca Dias – que mantinha um pensionato-escola em sua casa, sendo auxiliada pelas filhas – cuja diferença na rotina de funcionamento da residência nas sextas-feiras chamou a atenção daquelas, isto é, a limpeza da casa, a troca da roupa de cama, a preparação de uma refeição especial, a troca da roupa pessoal e o descanso aos sábados.

Antigas alunas da escola de Branca Dias delataram que, auxiliadas por meninas escravas, elas limpavam e lavavam a casa toda as sextas-feiras, e que ninguém ali trabalhava aos sábados. Denunciaram que Branca Dias e suas filhas tinham vestido os seus melhores trajes num sábado, dia em que Branca compartilhava suas refeições com as filhas. Preparava-se então para toda a família Fernandes uma iguaria de cor amarelada. Segundo as filhas mais novas de Branca tal iguaria era composta de grãos moídos, carne, óleo, cebolas e temperos (...) Também se denunciou que as lâmpadas eram limpas todas as sextas-feiras, e munidas de óleo e pavio novos (...) Diziam-se que Diogo, seu irmão Duarte e seu genro Diogo, todos eles administradores do engenho e da fazenda de Camaragibe, viviam de conformidade com a Lei Judaica, seus ritos e costumes. Afirmou-se ao mesmo tempo que, ulteriormente, os novos administradores desse engenho, membros da família Vaz, prosseguiram em suas atividades judaizantes... (Wiznitzer, 1966:21).

Prosseguindo sobre a questão da resistência religiosa desse grupo do século XVI, outra característica era a forma como os cristãos-novos comportavam-se na igreja, bem como suas atitudes em relação aos rituais e símbolos católicos. Embora as denúncias predominantemente tratem do shabat, talvez porque seus ritos sejam mais fáceis de identificar, muitos cristãos-novos também eram delatados porque:

...Nas igrejas, durante os ofícios religiosos, ao ser mencionado o nome de Jesus, ou alçada a hóstia pelo sacerdote, no altar, enquanto todos faziam reverência e inclinavam a cabeça, eles, mal contendo os naturais impulsos sacrílegos, não faziam reverência alguma. Antes permaneciam sempre direito em pé, ou mesmo sentados (...).

Alguns ainda, embora aparentemente acompanhassem os cristãos-novos nos gestos de reverência, murmuravam para si frases ou expressões restritivas, como o cirurgião Fernão Soeiro da vila de Olinda, que, ao ser alçada a hóstia, de joelhos e batendo nos peitos, dizia em voz baixa e repetidamente as seguintes palavras: ‘eu creio o que creio. (Lipiner, 1969:47).

Mais um exemplo desses “impulsos sacrílegos”, como denomina o autor acima, é uma denúncia contra Branca Dias feita por Maria Alvares que relata:

...trazendo ao pescoço huãs contas de rezar com huã cruz pendurada nellas, correndo lhe a cruz pera diante dos peitos, tomou com a mão a cruz e dizendo pera a cruz doute ao demo a lançou pera detras das costas... (Primeira Visitação, 1984:202).

Alguns sinais de judaísmo sob vigilância nas atitudes da população diziam respeito aos ritos fúnebres judaicos, quais sejam:

...se por morte dalguns ou dalgumas, comeram ou comem em mesas baixas, comendo pescado, ovos e azeitonas, por amargura, e que estão detrás da porta, por dó, quando algum ou alguma morre, e que banham os defuntos, e lhes lançam calções de lenço, amortalhando-os com camisa comprida, pondo-lhe em cima uma mortalha dobrada, à maneira de capa, enterrando-os em terra virgem, e em covas muito fundas, chorando-os, com suas literias cantando, como fazem os judeus, e pondo-lhes na boca um grão de aljôfar ou dinheiro douro, ou prata, dizendo que é para pagar a primeira pousada, cortando-lhes as unhas, e guardando-as, derramando e mandando derramar água dos cântaros, e potes, quando algum ou alguma morre, dizendo que as almas dos defuntos se vêm aí banhar, ou que o Anjo percuciente lavou a espada na água. (Lipiner, 1969:73).

O costume de após um enterro trocar todas as águas de casa por águas frescas – ficou ao que parece perpetuado entre a população do interior nordestino que ainda joga a água fora após a morte de alguém para que sua alma não venha banhar-se nessa água. Na sua denúncia, contra Branca Mendes, Barbara Castellana relata que:

...quando morria alguma pessoa na villa mandava lançar fora toda agoa dos potes que em casa avia, e depois dos defuntos enterrados mândava trazer agoa fresca pera casa e quãodo mandava vazar os potes perguntada alguis vezes pellos filhos que erão meninos por que a mão dava vazar respondia que não era bom beber aquella agoa porque morreu tal pessoa e isto de lançar agora fora... (Primeira Visitação, 1984:99).

Vê-se assim que as denúncias e confissões não se restringiam às blasfêmias e descrença em rituais católicos; algumas envolviam a realização de cerimônias, ao que parece, sem a consciência de que se tratava de um rito judaico, mas sob a alegação de ser um costume passado de mãe para filha – o que por si só já chama a atenção, visto que na cultura judaica cabe a mulher o papel de transmitir os ensinamentos – como pode-se observar na confissão de Guiomar Soeira:

...lhe morreu em casa uma negra brasila... logo como a levaram mandou ela confessante vazar fora a água dos potes da cantareira da sua câmara, de que ele confessante bebia e mandou trazer água fresca da fonte... que não teve tenção ruim, nem sabia que era cerimônia de judeus... o aprendeu de sua mãe Maria Alvares, a qual ela viu três ou quatro vezes morrendo-lhes escravos em casa... mandar vazar a água dos potes e trazer água fresca da fonte... (Primeira Visitação, 1984:108).

Pelo exposto a Inquisição não só contava com a população em geral para delatar os cristãos-novos, como também podia contar com hábitos tão arraigados como involuntários apresentados pela comunidade alvo, isto é:

...a Inquisição espreitando pelos buracos de suas portas e pautando as inquirições com luxo de sutilezas e não pequena dose de malícia, pelo monitório, apanhava-os em suas malhas. Identificava-os para a fogueira pelas credices, superstições, ritos e preconceitos que traziam a tonalidade íntima e suave de reminiscências ou influxos ancestrais, a que tôdas as pessoas se apegam, com maior ou menos avidez nos variados períodos de sua vida... (Lipiner, 1969:82).

Talvez a Inquisição só não contasse com a assimilação de vários costumes judaicos pela população em geral, como relata Lipiner:

O inquisidor deve ter ficado atônito ao verificar que os cristãos-novos haviam deixado traços de sua imaginação nas credices e superstições dos cristãos velhos e mamelucos da colônia... (1969:69).

O costume de vazar fora a água dos cântaros, por morte de alguém em casa, considerado pelo inquisidor como principal rito judaico, era tão difundido entre a população da colônia, que até os cristãos velhos o praticavam... (1969:73).

(...) Roque Garcia... disse que ‘tanto cria êle no que diziam aquêles negros como nos Evangelhos de São João, e pedia dessas palavras perdão e penitência. Esta expressão, que deu escândalo quando proferida por cristão-nôvo, assim como outras semelhantes, igualmente profanadoras e sacrílegas, vêm sendo repetidas, nas confissões e denúncias, por autênticos cristãos velhos, certamente por influência dos judaizantes que deixaram traços de tradição anti-cristã em diversas áreas da vida cotidiana da Colônia... (1969:79).

Uma herança judaica não reconhecida

Tendo sido tão presentes em Pernambuco colonial como pensar que os judeus não contribuíram para a formação da população pernambucana geneticamente e também no que se refere aos costumes e tradições?

Sobreira, um estudioso das evidências judaicas na cultura nordestina, cita em seu trabalho elementos semítico-sefarádicos na formação da população do Nordeste, tais como: o hábito de usar mantilhas negras, bem como envolver os mortos em peças de linho branco sem costura nem cortes; o hábito de abater galinha cortando o pescoço e vertendo o sangue no solo, não sem antes testar o fio da faca na própria unha; o culto à honra; a poligamia; o nomadismo; o apego ao estudo e às letras; a desconfiança; o batismo dos filhos com nomes retirados do Antigo Testamento; os casamentos endogâmicos; a resistência ao sofrimento.

Vale salientar que segundo Câmara Cascudo, grande estudioso da cultura brasileira:

no Brasil, o judeu, não estando segregado nas Judiarias, não se distinguia na massa populacional. Era vigário, ouvidor, membro da governança, oficial, mercador, mestre-escola, dono de engenho, relacionado com todas as classes e participando de todas. (1978:38)

Este autor, investigando nas mais diversas fontes, desde livros a “vozes antigas e familiares”, pôde ver as reminiscências de um povo na vivência de usos e costumes brasileiros, tais como: “o tabu do sangue, repugnância às carnes dos animais encontrados mortos, balançar o corpo na oração, a bênção

com a mão na cabeça, o horror da blasfêmia, respeito ao cadáver e aos objetos de uso pessoal do defunto...” (1978:9). Costumes que não param por aí.

Quem não se pegou questionando qualquer ser reflexivo se está pensando na morte da bezerra? A origem dessa frase deve-se à torá, o pentateuco mosaico escrito em hebraico, segundo Câmara Cascudo (1978), que para os oficiais do Santo Ofício e seus informantes era representada por figuras de touro, bois, bezerros, etc. Quem não conhece alguém que arrume sua casa às sextas-feiras? Seria resquício da espera dos sábados, ou seja, do shabat judaico? A celebração semanal dos judeus da criação do mundo por Deus. Quem nunca ouviu alguém exclamar: lamba as unhas, isto é, conforme-se com o que já tem, ou considere-se feliz? Lamber as unhas de ambas as mãos era um gesto de exorcismo popular judeu, quando se ouvia que alguma mulher tivera um parto ruim, do qual apenas a frase ficou entre nós. E as crendices populares brasileiras de não varrer a casa para fora, ou de varrer a casa à noite da porta para dentro, para que a felicidade não vá embora? Superstições que faziam parte do cotidiano dos cristãos-novos moradores da Bahia e de Pernambuco.

Para Anita Novinsky, que dispensa apresentações, é necessário refletir sobre as raízes do Brasil e o drama que viveram nossos antepassados. Nesta comunicação quisemos demonstrar que nossas raízes vêm do século XVI, raízes que originaram costumes tomados muitas vezes como brasileiros, mas que parecem ser um legado de nossos ascendentes judeus, resultantes da manutenção de seus princípios culturais e religiosos, através das práticas judaizantes feitas algumas vezes às escondidas, outras inconscientemente explícitas, influenciando de tal modo a população da colônia a ponto de serem assimiladas como hábitos.

Estas são apenas algumas pistas do legado judeu que recebemos e o intuito da pesquisa que desenvolvemos é revelar a influência da cultura judaica na nossa formação e no nosso comportamento.

Referências Bibliográficas

CASCUDO, Luís da Câmara. *Mouros e Judeus na tradição popular do Brasil...*

KAUFMAN, Tânia Neumann. *Passos Perdidos – História Recuperada: A Presença Judaica em Pernambuco*. Recife: Edição do autor, 2000.

LIPINER, Elias. *Os Judaizantes nas Capitâneas de Cima. Estudos sobre os Cristãos novos no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

PRIMEIRA Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil; Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais 1984. 509 + 158 p. II. (Coleção pernambucana – 2. fases, 14).

SOBREIRA, Juarez Caesar Malta. *Influência dos Judeus Sefaradins no Nordeste Brasileiro* (Universidade Federal de Rondônia). Comunicação apresentada no Congresso Internacional América-92, 1992.

WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. Tradução de Olívia Krähenbuhl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1966.